

Município: SUMIDOURO

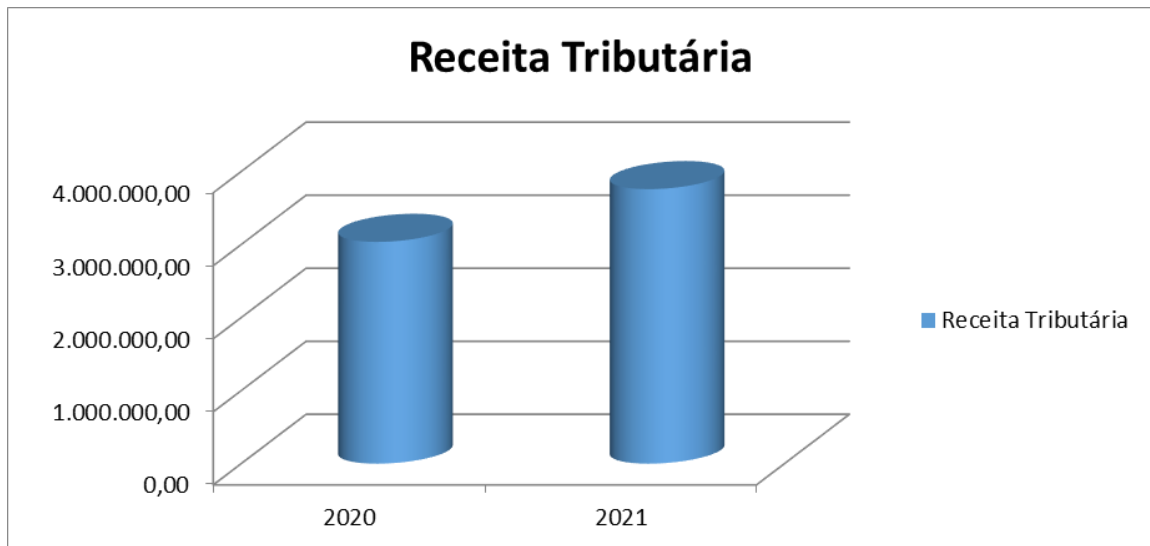
AUDIÊNCIA PÚBLICA - MUNICÍPIO DE SUMIDOURO

2º QUADRIMESTRE DE 2021

Em conformidade com os novos dispositivos elencados na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101 de 04 de Maio de 2.000), o Poder Executivo vem pelo presente, através de uma abordagem sintética, expor os aspectos mais relevantes acerca da Execução Orçamentária no 2º quadrimestre de 2021.

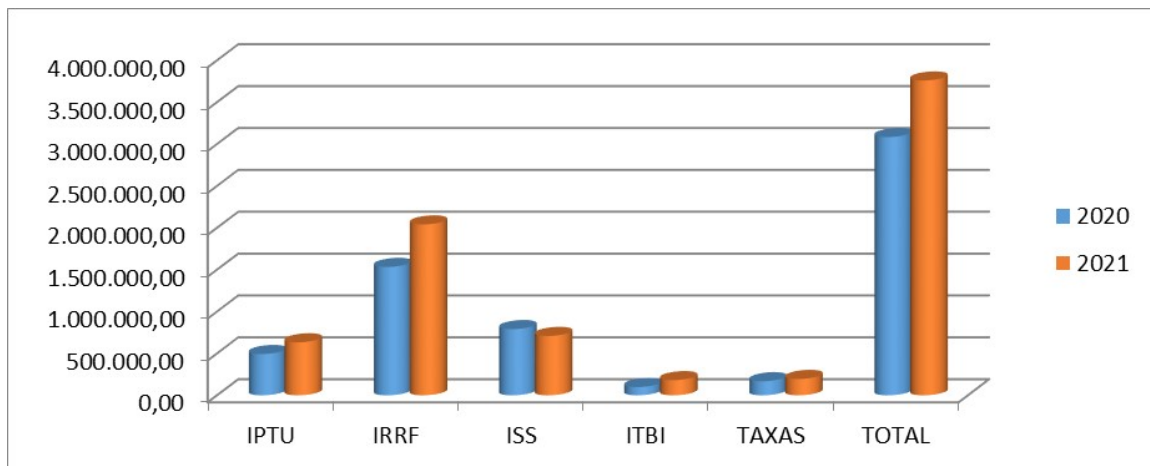
No que tange a execução orçamentária propriamente dita, mais precisamente aquela compreendida pelo 2º quadrimestre de 2021, no que concerne às receitas em geral, considerando para tanto os valores consolidados, englobando a Administração Direta e Indireta, através da análise do Gráfico de nº. 1, pode-se verificar a distribuição das Receitas Correntes, compreendendo necessariamente as Receitas Tributárias, estando englobados o IPTU, ISS, IRRF, ITBI e as TAXAS, basicamente dizem respeito àquelas **receitas diretamente arrecadas pela Prefeitura**, ou seja, aquelas de competência do Município. Os gráficos de nº. 02 e 03, por sua vez, referem-se ao total das receitas arrecadadas pelo município no período de janeiro/21 a agosto/21, sua distribuição em termos monetários e em termos percentuais, compreendendo as Receitas Tributárias, Patrimonial, Industrial, Transferências Correntes e Receitas Diversas, cabendo destaque especial as Transferências Correntes, tendo em vista o peso que possui o ICMS e o FPM no total da Receita do Município. Com o objetivo de permitir a comparabilidade, evidenciamos também à execução da receita do mesmo período do ano de 2020.

GRÁFICO N. 01 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS - AGOSTO/2020 E AGOSTO/2021



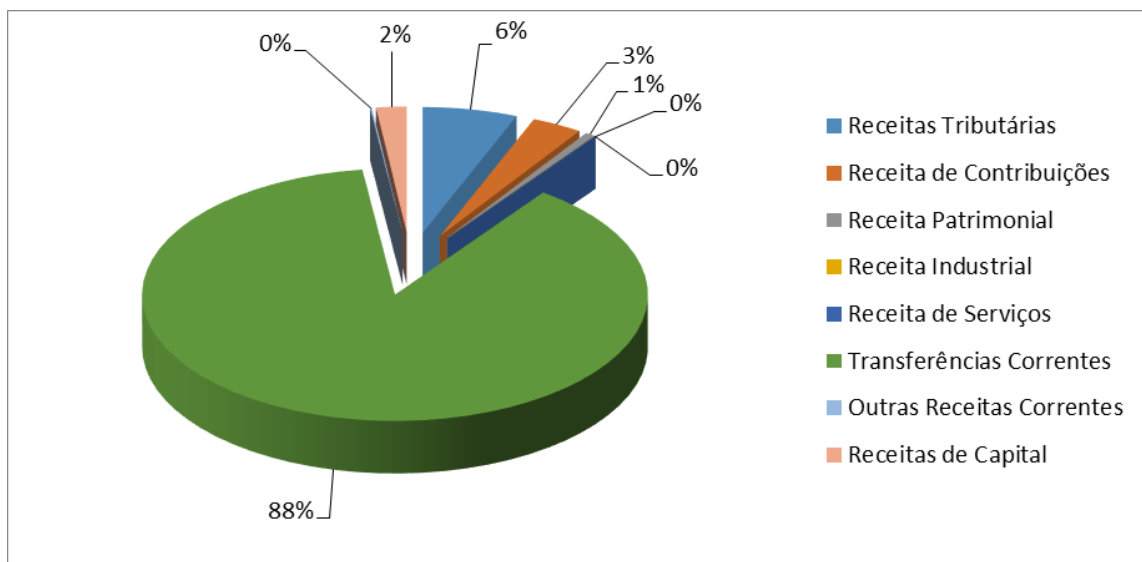
Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

GRÁFICO N. 02 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS TOTAIS - AGOSTO/2020 E AGOSTO/2021



Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

GRÁFICO N. 03 - PERCENTUAL DA DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS TOTAIS ATÉ AGOSTO/21



Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

Ao se analisar o Gráfico n. 01 acima, pode-se perceber um aumento nas Receitas Tributárias Municipais de nada menos que 14 % no período acumulado de AGOSTO de 2020 em relação a AGOSTO de 2021. O incremento ocorreu principalmente junto ao Imposto de Renda Retido e no IPTU. Tais receitas dizem respeito às receitas que constituem as receitas próprias do município, ou seja, as receitas de sua competência, além das demais Receitas Correntes materializadas nas Transferências Correntes, Receitas de Serviços, além das Receitas de Capital, que sofreram um acréscimo, cabendo um declínio acentuado nas Receitas Patrimoniais principalmente, em razão do grande volume de resgates realizados pelo Regime Próprio de Previdência em anos anteriores - IAPS e que tem culminado nos últimos anos com uma queda dos resgates no período. As Transferências Correntes por sua vez sofreram um acréscimo considerável, principalmente devido ao ICMS e aos Royalties do Petróleo, seguindo o aumento da Atividade Econômica pós agravamento da pandemia. As receitas de capital igualmente sofreram um decréscimo de 91 %. Demais decréscimos, como na rubrica de serviços não encontra respaldo em materialidade que culminasse na necessidade de análises mais detalhadas.

De toda a forma a Receita Total do Município no primeiro quadrimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior expandiu apenas 2,0 %, com destaque para um aumento das Transferências Correntes que no período

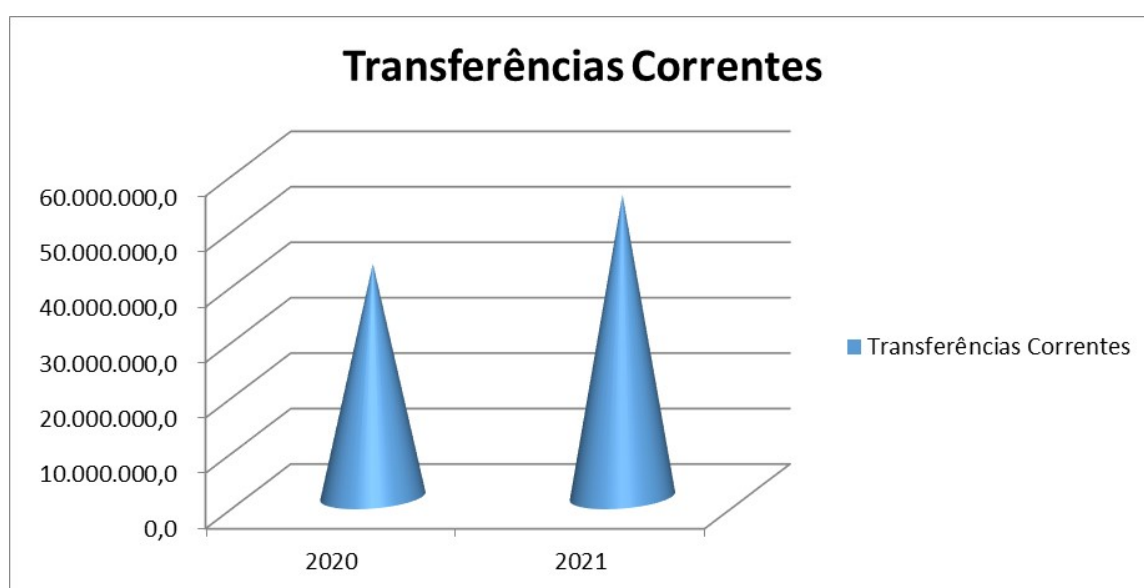
tiveram uma expansão de aproximadamente 30 % em função única do aumento do ICMS, Royalties, FPM e do Fundeb principalmente.

Ao se proceder a uma análise detalhada da variação das receitas e despesas ocorridas até o segundo quadrimestre de 2021, o Município passou em exercícios anteriores com um Superávit Financeiro devido em grande parte ao grande peso que possui o RPPS na consolidação dos dados, devendo segundo a melhor técnica para efeito de análise expurgamos os valores referentes ao Ativo Financeiro e Passivo Financeiro do RPPS, onde se depreende a manutenção de um referido Superávit se comparado ao exercício anterior, mas, o que denota uma melhora nas Receitas Correntes no exercício de 2021 devido ao incremento da vacinação e controle da Pandemia do Coronavírus que se abateu sobre o Município, principalmente a partir de Abril/2020, ao mesmo tempo em que o Poder Executivo vem utilizando ainda em grande escala prováveis Superávits ou sobras remanescentes de 2020 e principalmente os sucessivos excessos de arrecadação que vêm ocorrendo durante o exercício corrente, qual seja, 2021, onde, ao que consta, servirão para incrementar as ações Governamentais de recursos ordinários (00) e dos Royalties (04) principalmente. Nesta linha de raciocínio pode-se constatar uma melhora significativa no ingresso de recursos quando comparados ao mesmo período de 2020.

Do total de R\$ 61.898.957,90 (Sessenta e um milhões, oitocentos e noventa e oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos) das Receitas arrecadadas até o 2º Quadrimestre do exercício de 2021 nada menos que R\$ 54.451.422,90 (Cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e dois reais e noventa centavos) referem-se às Transferências da União e dos Estados, compreendendo 87,9 % do total das Receitas do Município, conforme se depreende da análise dos gráficos ns. 02 e 03, ressaltando que tal participação sofreu um acréscimo na ordem de 30,0 % em relação ao mesmo período do ano anterior, em razão do incremento principalmente devido a entrada de recursos oriundos de expansão da atividade econômica no período, em que pese a melhora significativa nos números da Pandemia. Devendo-se ressaltar contudo que já a partir do mês de janeiro de 2021 as transferências constitucionais aumentaram significativamente, com destaque para o ICMS, Royalties, FPM e FUNDEB, o que mudou completamente o Cenário de Análise para este Segundo Quadrimestre e para o Próximo que já se iniciou.

Através da análise do Gráfico n. 04 abaixo, pode-se notar o acréscimo das receitas referentes às Transferências Correntes entre agosto de 2020 e agosto de 2021, onde se depreende um incremento em termos monetários de aproximadamente R\$ 12.441.123,70 (Doze milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, cento e vinte e três reais e setenta centavos) em relação a 2020, incluindo aí possíveis recursos excepcionais e/ou eventuais.

GRÁFICO N. 04 - Evolução das Transferências Correntes do Município de Sumidouro no período de agosto/20 e agosto/21.

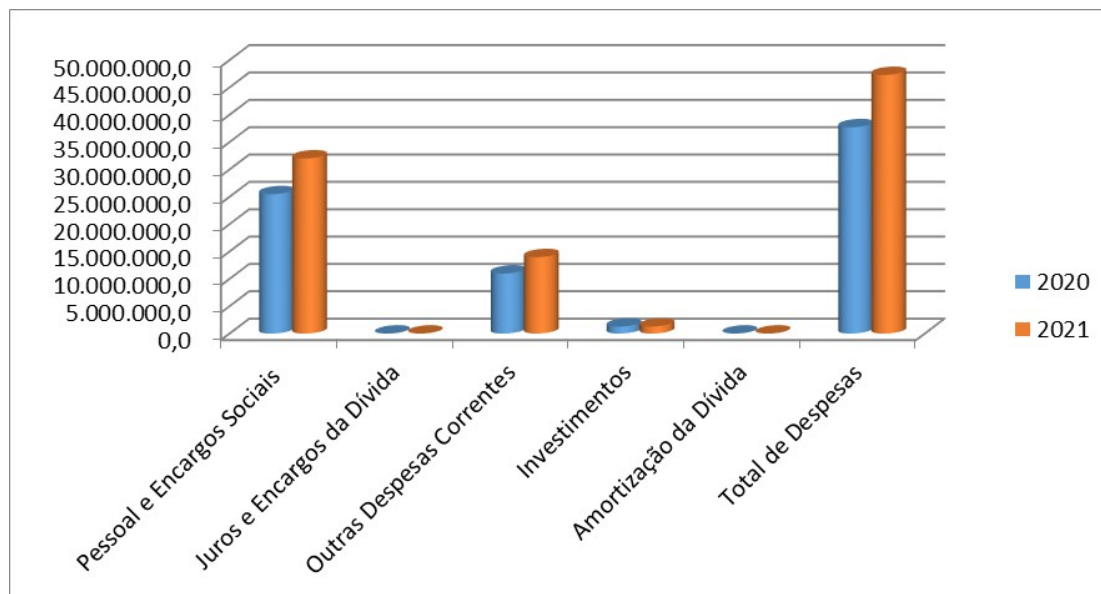


Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

Durante o período em comento, qual seja, janeiro a agosto de 2021, o município obteve R\$ 1.202.331,40 de Receitas de Capital, receitas oriundas de convênios com o Estado e União e Outras Receitas de Capital.

A aplicação efetiva, ou a contrapartida de tais recursos, pode ser verificada através da análise do gráfico de nº 5 da presente série, destacando-se o grande peso dos dispêndios com pessoal, seguido das demais despesas de custeio, como serviços de terceiros e encargos, material de consumo e subvenções sociais principalmente.

GRÁFICO N. 05 - Evolução das Despesas Totais do Município de Sumidouro no período de Agosto/20 e Agosto/21.



Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

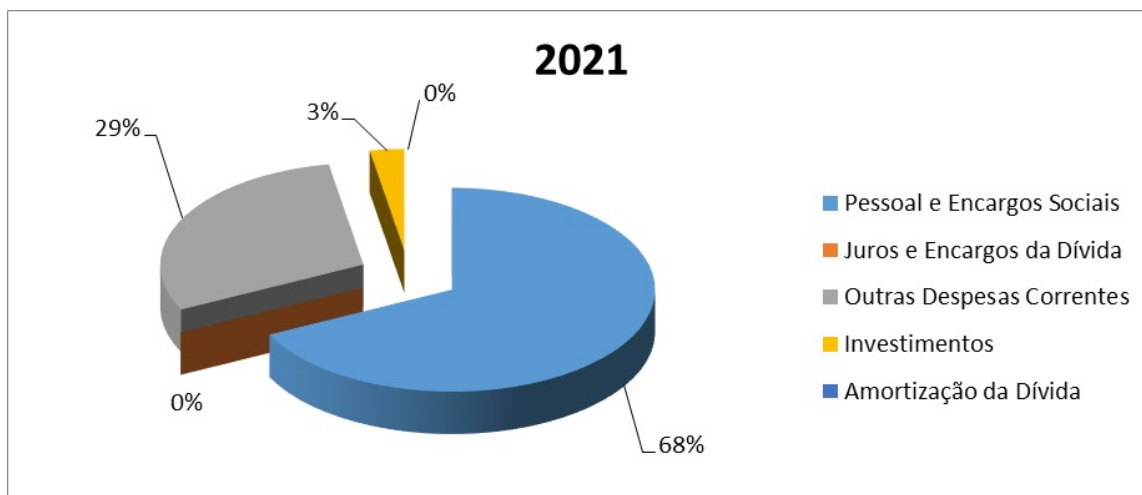
Pode-se perceber um acréscimo das despesas com pessoal em agosto de 2021 quando comparados a agosto de 2020 na ordem de relevantes 26,0 %, principalmente em razão do pagamento em larga escala referente a verbas indenizatórias e afins durante o primeiro quadrimestre de 2021, passivos estes que vem se expandindo consideravelmente e que já comprometem o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município, que pode ser agravado por uma queda nas Receitas de Transferências dos recursos ordinários principalmente. As despesas com pessoal do Poder Executivo representaram cerca de 46,60 % da Receita Corrente Líquida acumulada até agosto de 2021, considerando o limite legal de 54 %, estando perfeitamente enquadrada, enquanto as demais despesas correntes, quais sejam, material de consumo e serviços diversos igualmente expandiram cerca de relevantes 27 % no mesmo período, principalmente devido ao incremento de investimentos e ações em saúde, o que vem impactando as despesas correntes municipais, não obstante a necessidade em se proceder ao atendimento aos limites legais de aplicação na Educação e Saúde. Notadamente, os investimentos materializados em obras e equipamentos principalmente, praticamente não sofreram um incremento em termos percentuais, na ordem de apenas 1 %, em razão da utilização de recursos de convênios e afins que têm se mantido constantes nos repasses por parte do Governo Federal principalmente, não obstante a imaterialidade de tais recursos no total das despesas liquidadas até agosto de 2021.

Tal aumento das despesas ocorrido até agosto de 2021 já denota uma melhora considerável no Cenário existente, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, auge da Pandemia, quando houve uma queda vertiginosa da Atividade Econômica e conseqüentemente das Receitas Municipais.

Neste contexto, considerando a grave crise Pandêmica e a conseqüente queda das Receitas Correntes do Município em 2020 e a conseqüente pressão sobre novos gastos, tal situação demandou por parte do Poder Executivo a necessidade iminente de cortes e priorização de despesas, principalmente aquelas de natureza continuada como pessoal e encargos, em função do percentual do Quadrimestre à época já se aproximar do limite legal, além das demais despesas de custeio, compreendendo necessariamente as despesas correntes, tendo em vista que o aumento de tais despesas não deve se basear nem em incrementos sazonais de receitas e agora, tão pouco dos repasses ou transferências costumeiras, sob pena do município não atingir o equilíbrio orçamentário e financeiro determinado pela legislação em vigor, ou em termos monetários enquanto as receitas tendiam a cair consideravelmente nos meses do auge da Pandemia em 2020, as despesas precisaram acompanhar esta trajetória de queda das receitas, sob pena de insolvência sem precedentes por parte do Poder Executivo Municipal. Fato este que não se repetiu em 2021, ao contrário, verifica-se um incremento substancial das Receitas no período.

As despesas por sua vez no mesmo período sofreram um decréscimo de R\$ 9.560.213,70 (nove milhões, quinhentos e sessenta mil, duzentos e treze reais e setenta centavos), principalmente devido ao aumento das despesas com ações em Saúde, em função da Pandemia. Tal situação vem demandando por parte do Poder Executivo a necessidade de se manter as despesas equilibradas, sem comprometer o correto e necessário equilíbrio orçamentário e financeiro requerido pela legislação em vigor, o que deve desencadear um fundamental e necessário processo de ajustes e conservadorismo para os quadrimestres subseqüentes, e de controle sobre o aumento considerável dos Passivos Trabalhistas junto a Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde.

GRÁFICO N. 06 - Distribuição Percentual das Despesas Realizadas até Agosto/21

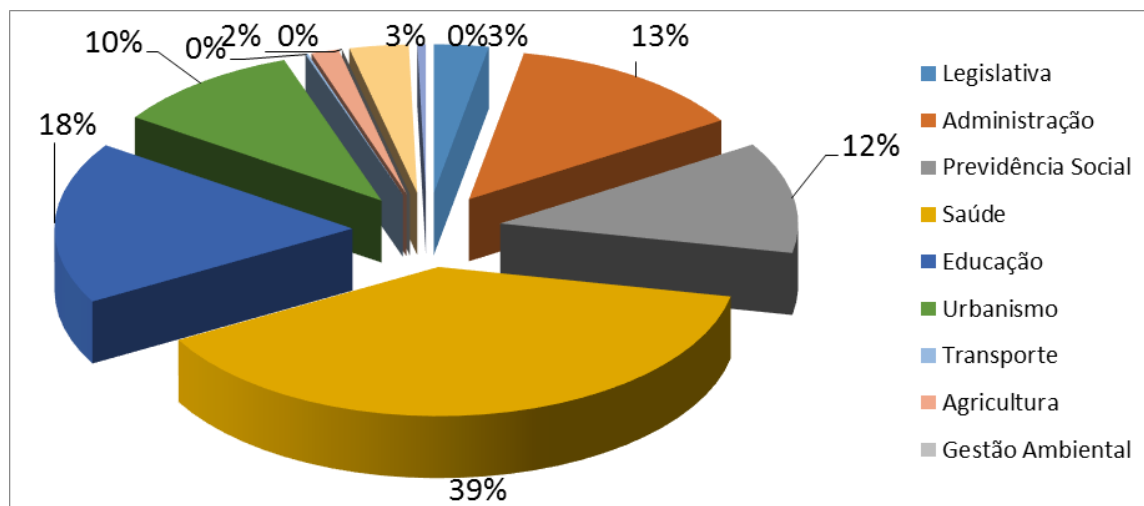


Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

Para efeito meramente exemplificativo, de cada R\$ 100,00 desembolsados até abril/21 pelo município de Sumidouro, cerca de R\$ 68,00 foram destinados ao pagamento de pessoal e encargos sociais e praticamente o restante, R\$ 29,00 destinados à aquisição de materiais de consumo e contratações de serviços em sua grande maioria, ficando as obras e equipamentos praticamente com apenas 3 % de aplicação, devido a utilização de recursos de Convênios e afins.

O Gráfico de nº. 07, apresenta a distribuição das despesas por função de Governo, ou seja, onde necessariamente foram aplicados os recursos do Poder Público Municipal. Ressaltando-se a relevância da Educação e da Saúde no âmbito da Administração Municipal de Sumidouro, sendo responsáveis por 54,0 % de toda a despesa realizada até o 2º Quadrimestre de 2021. Destacando-se ainda os desembolsos com a Administração Geral da ordem de 12,0 %, Previdência 13 %.

GRÁFICO N. 07 - Distribuição Percentual das Despesas Realizadas Por Função de Governo até Agosto/21



Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

Diante de tal situação, pode-se verificar o grande peso que a Previdência possui no Orçamento Municipal, já representando a terceira maior despesa do Município, somente perdendo para os gastos com Educação e Saúde no âmbito municipal, não há toa, o RPPS Municipal possui um dos maiores montantes de recursos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, na ordem aproximada de R\$ 100 milhões. Só que a manutenção de tal equilíbrio, demanda por parte do Poder Executivo um esforço sem precedentes para se manter as despesas em um nível compatível com o ingresso de recursos (Receitas), deixando muita das vezes de se realizar investimentos, materializados em obras e equipamentos. Esforço este, até agora, tem sido muito maior em função da crise descomunal que se abateu sobre o País em função da Pandemia do Coronavírus.

Tal situação obrigou a que o Município durante o exercício financeiro de 2020 adequasse as suas despesas a nova realidade de arrecadação, em virtude de possíveis pressões nas despesas correntes, especialmente as de pessoal e da total falta de recursos financeiros, especialmente os recursos ordinários (00) e dos Royalties do Petróleo (04).

Ao contrário de 2021, onde se depreende que o Orçamento do Município a partir do mês de Janeiro de 2021, sofreu um incremento considerável de receitas, combinado com um esforço sem precedentes por parte do Poder Executivo para garantir tais obrigações e ações em Saúde em detrimento de demais ações de Governo, que sofreram a diminuição de outras despesas de

custeio, ou mesmo investimentos, pois do contrário o município não conseguiria cumprir com os limites e o equilíbrio imposto pela LRF, em que pese a situação calamitosa em que se encontra o País.

Neste diapasão, do total das despesas realizadas até Agosto/2021 foram consideravelmente superiores ao mesmo período do ano anterior, mesmo com o fechamento das Escolas e afins, apresentando um aumento de R\$ 9.560.214,00 (Nove milhões, quinhentos e sessenta mil, duzentos e catorze reais) e teria ocorrido principalmente junto a Saúde principalmente, o que pode ser mais bem evidenciado através da análise do Quadro abaixo:

FUNÇÃO DE GOVERNO	2020	EM R\$	2021
Legislativa	1.419.534	-18.770	1.400.763
Administração	4.316.587	1.894.910	6.211.497
Previdência Social	5.010.066	698.718	5.708.784
Saúde	13.738.617	4.548.797	18.287.415
Educação	6.799.491	1.523.181	8.322.672
Urbanismo	4.571.199	263.629	4.834.828
Transporte	97.750	-31.773	65.977
Agricultura	430.390	278.239	708.628
Gestão Ambiental	0	0	0
Assistência Social	1.091.015	428.409	1.519.424
Outros	241.152	-25.126	216.026
TOTAL	37.715.800	9.560.214	47.276.014

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda - PMS

Os investimentos, por sua vez, ou seja, à parte dos recursos destinada a obras e instalações e a aquisição de equipamentos principalmente, compreenderam cerca de 3,0 % do total das despesas efetivamente liquidadas no período de janeiro/21 a agosto/21 em que pese à grande parte dos recursos ter origem nos diversos convênios pactuados não terem sido realizados.

Tal fato pode ser em parte explicado devido ao grande peso que possui as despesas de custeio no âmbito de todo ente público, uma vez que são responsáveis pela manutenção da máquina administrativa municipal. Para se ter uma idéia, esta despesa de custeio no exercício de 2021, mais precisamente no período de (janeiro a agosto) representou 97,3 % do total das despesas realizadas no período, o que em tese representaria, considerando os recursos provenientes da realização efetiva de tais despesas um percentual de apenas 3,0 %, que seria utilizado para outras finalidades, como amortização de dívidas, realização de investimentos, etc.

Tal situação denota a dificuldade atual das Administrações Municipais para a realização efetiva de novos investimentos, tendo em vista o alto grau de dependência dos orçamentos para honrar os compromissos oriundos das referidas despesas de custeio.

Neste contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal surge como um instrumento norteador da Gestão Pública, através de mecanismos de controle sobre os gastos públicos, como forma de coibir o aumento progressivo do déficit público, e, por conseqüência, da própria dívida interna, além de possibilitar a transparência na utilização dos recursos públicos, seja através de publicações periódicas de diversos quadros, ou mesmo através de audiências públicas, como esta que se pretende realizar, com o único objetivo de informar como estão sendo e foram utilizados os recursos municipais.

A atual Gestão ciente da situação patrimonial, orçamentária e financeira do Município de Sumidouro e em virtude da recente melhora na atividade econômica, em que pese ainda a existência dos efeitos nefastos da Pandemia que se abateu sobre o País, deve sempre intentar os esforços necessários no sentido de que sejam cumpridos os dispositivos elencados na nova Lei de Responsabilidade Fiscal, nos seus diversos artigos, de forma a se manter o equilíbrio das contas públicas municipais e ao mesmo tempo realizar uma Gestão Pública transparente e eficaz, não obstante o Estado de Calamidade impetrado.

Em que pese aqui a não necessidade de se proceder ao contingenciamento de despesas, tendo em vista a confirmação do aumento das Receitas a partir de Janeiro/21 e que deve se concretizar até o final do exercício, em razão da significativa melhora na atividade econômica e controle da Pandemia da COVID 19, todavia há de se ressaltar as sucessivas crises políticas e de confiança que insistem em impactar diretamente a conjuntura atual brasileira e conseqüentemente municipal. Possíveis quedas na arrecadação deverá demandar por parte da Administração Municipal a necessidade em se proceder a ajustes e equacionamento de despesas, principalmente daquelas vinculadas ao pessoal da Saúde que sofreram maiores aumentos em um curto espaço de tempo, obviamente com o equacionamento da Pandemia, o que já vem se concretizando.

A Receita Corrente Líquida Apurada no exercício até Agosto/2021, apresenta um acréscimo em relação ao período anterior, qual seja, Agosto de 2020, da ordem de 13,0 %, como pode ser observado na Tabela I, com destaque para a expansão das citadas Transferências Correntes.

Tabela I - Demonstrativo Resumido da Receita Corrente Líquida - 2020 e 2021

Especificação	R\$ x 1000	
	Jan/20-Ago/20	Jan/21-Ago/21
Receita Corrente Líquida	73.371.924,2	85.654.833,9

Fonte: Secretaria Munic. de Fazenda - PMS

Há de se ressaltar que o Resultado Primário pactuado no Anexo de Metas Fiscais da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021 deverá ser apurado tão somente ao final do exercício financeiro de 2021, todavia o mesmo no período teria sido superior à meta prevista na LDO para o referido exercício financeiro que teria sido de R\$ 725.500,00, tendo obtido um resultado Primário de R\$ 14.610.942,00 e um Resultado Nominal de R\$ 15.007.630,60.

Notadamente no período de janeiro a agosto de 2021, a Administração Municipal aplicou apenas 18,85 % dos recursos arrecadados com impostos, ou seja, aqueles recursos arrecadados com ICMS, IPVA, IPTU, IRRF, ITBI, ISS, dentre outros, na função "EDUCAÇÃO", portanto não cumprindo o limite constitucional mínimo de 25 % dos gastos na Educação e a aplicação de cerca de 47,34 % de recursos do Fundeb com o magistério do Ensino Fundamental, abaixo do limite de 70 %. Ocorre que, com a Pandemia e a interrupção do período letivo, tal situação pressionará mais ainda para que o percentual de 25 % não seja atingido, devido à queda nas despesas com ações em educação, como paralização do transporte, manutenção de escolas, etc., sendo este um dos principais dilemas da Administração Pública municipal para o exercício de 2021. Como atingir tal limite diante da situação de calamidade da Pandemia ?

Verifica-se ainda, que a entrada em vigor da nova Lei do Fundeb tem acarretado imensas dificuldades operacionais para os municípios, uma vez que a mesma passou a vigorar já com a execução orçamentária em pleno curso, o que é extremamente temerário do ponto de vista operacional, em razão de que trouxe várias mudanças de metodologia e aplicabilidade.

Tal situação obriga a que o Município durante o exercício financeiro de 2021 adequa as suas despesas a nova realidade de arrecadação, em virtude de

possíveis pressões para o atendimento aos limites impostos pela nova legislação, especialmente as de pessoal (Fundeb e recursos ordinários).

Tal fato já pode ser sentido quando da execução do Orçamento do Município a partir do mês de Abril de 2021, atrelado as demandas pela manutenção da máquina administrativa e da necessidade de incremento das despesas junto à Educação e Saúde principalmente, materializada nas diversas aberturas de créditos adicionais por excesso de arrecadação e afins disponibilizando assim dotações para utilização pelos diversos Órgãos e Secretarias, o que exigirá um esforço por parte do Poder Executivo para garantir tais obrigações no curto prazo, vez que essenciais e fundamentais para a implementação dos programas de Governo e o atendimento aos limites impostos pela legislação vigente.

Cabe destacar o atendimento ao limite constitucional, qual seja, aplicação mínima de 15% das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais na função SAÚDE, de praticamente o dobro do limite mínimo, qual seja, 29,8 %.

OUTROS TÓPICOS RELEVANTES

- Durante o período sob análise (janeiro a agosto) não ocorreram operações de crédito por parte da Administração Municipal.
- Não Houve no período Receitas Arrecadadas referentes a Alienação de Ativos.
- O exercício financeiro de 2021 está exigindo por parte do Poder Executivo a proceder ao incremento de despesas junto à Educação, principalmente devido a Pandemia e as recentes mudanças com a entrada em vigor da nova Lei do Fundeb, considerando ainda a instabilidade da política nacional devido ao período eleitoral, atrelado a necessidade de se buscar o cumprimento ao disposto nos art. 1 da LRF e dos demais dispositivos legais, em que pese o Estado de Calamidade em função da Pandemia, passando tal fato a ser, portanto um desejo, e não mais um fato amplamente exequível do ponto de vista operacional, como em tempos passados.

Em síntese, o Poder Executivo Municipal através desta pequena abordagem preliminar buscou de forma transparente evidenciar os principais tópicos acerca da gestão pública e das finanças do município de Sumidouro, no período de janeiro a agosto de 2021 estando à disposição de quaisquer interessados que porventura demandem esclarecimentos mais aprofundados acerca do tema em questão.